

EMENTA: Penal. Processual. Habeas Corpus. Organização criminosa. Prisão preventiva. Agente. Periculosidade. Evidência. Garantia da ordem pública. Configuração. Salvo conduto. Impossibilidade**** Trancamento da ação penal. Inviabilidade. Lastro probatório mínimo verificado. Justa causa. Configuração. Prosseguimento da ação penal. Necessidade. I – Se suficientemente fundamentado o decreto de prisão preventiva, ao arrimo do art. 312 do Código de Processo Penal, não há que se falar em ato ilegal, tampouco violador a direito de ir e vir, em especial, por amoldado o decisum aos autorizativos requisitos da medida. II – Se verificada a existência de indícios mínimos de autoria e lastro probatório mínimo para o prosseguimento da ação penal, configurando justa causa, incoerente, pois, se cogitar o seu trancamento. Ordem denegada. Unanimidade. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus sob o nº 0805918-93.2023.8.10.0000, em que figuram como paciente e impetrante os acima enunciados, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à unanimidade e de acordo com o parecer ministerial, em denegar a ordem, nos termos do voto do relator. (HCCrim 0805918-93.2023.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 19/05/2023)